ReGeo
ISSN: 2177-3246

OS SABERES DO QUILOMBO DE MERCÊS: LUGAR DE MEMÓRIAS, DE PATRIMÔNIO E DE LUTA

THE MERCÊS MAROON COMMUNITY: A SITE OF MEMORY, HERITAGE AND STRUGGLE

LOS SABERES DEL QUILOMBO DE MERCÊS: LUGAR DE MEMORIAS, DE PATRIMONIO Y DE LUCHA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-056

Data de submissão: 23/06/2026 **Data de publicação:** 07/08/2026

Edilson Fernandes de Souza
Pós-doutor em Sociologia
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco (IAUPE)
E-mail: edilson.souza@ufpe.br

Severino do Ramo Lepê Correia
Doutor em Educação
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco (IAUPE)
E-mail: muxima75@outlook.com

RESUMO

Trata-se de um recorte temático acerca do projeto Raízes em Movimento: Projeto de Realocação e Preservação Cultural dos Remanescentes do Quilombo Ilha de Mercês, localizado no município de Ipojuca, Pernambuco, Brasil. A pesquisa em andamento tem por objetivo identificar e mapear os lugares de memória e patrimônio cultural da comunidade, incluindo áreas de importância histórica e cultural que possam ser preservadas e integradas à história do Complexo Industrial de Suape. No trabalho de campo, entre os meses de fevereiro e maio de 2025, foram produzidas fotografias e realizadas onze entrevistas narrativas, sendo seis homens entre 54 a 93 anos e cinco mulheres entre 32 a 67 anos. Com base em autores, como Moura (1981), Nora (1993), Halbwachs (1990), Gonçalves (2001) e Lopes (2004) a análise temática girou em torno de quilombo, identidade quilombola e patrimônio, sendo o Baobá, o mangue, a capela, o campo e, entre outros, as comportas, a senzala e as lembranças das cacimbas e casas-de- farinha, hoje, não mais existentes. Os resultados parciais atualizam os conceitos aqui narrados e a relação identitária com significativo sentimento de ser e ter com referência a territorialidade objeto do patrimônio e da remanescência.

Palavras-chave: Memória Ancestral. Congo. Sangue. Suape.

ABSTRACT

This study presents a thematic segment of the Raízes em Movimento (Roots in Motion) project, which focuses on the relocation and cultural preservation of the remaining members of the Ilha de Mercês Quilombo community, located in the municipality of Ipojuca, Brazil. The ongoing research aims to identify and map the community's memory sites and cultural heritage, including areas of historical and cultural significance that may be preserved and integrated into the history of the Suape Industrial Complex. During fieldwork conducted between february and may 2025, photographs were taken, and ten narrative interviews were carried out— six with men aged 54 to 93 and five with women aged 32 to 67. Grounded in the works of scholars such as Moura (1981), Nora (1993), Halbwachs (1990),

Gonçalves (2001), and Lopes (2004), the thematic analysis revolved around quilombo (maroon society), quilombola identity, and heritage, with key sites including the Baobá tree, mangrove, chapel, fields, floodgates, and former slave quarters (senzala) and the memories of the wells and flour mills, which no longer exist today. Preliminary findings revisit the discussed concepts and highlight the community's identity-based connection to territoriality, emphasizing a deep sense of belonging tied to heritage and remnant.

Keywords: Ancestral Memory. Congo. Blood. Suape.

RESUMEN
Se trata de un recorte temático acerca del proyecto Raíces en Movimiento: Proyecto de Realocación y Preservación Cultural de los Remanentes del Quilombo Isla de Mercês, ubicado en el municipio de Ipojuca, Pernambuco, Brasil. La investigación en curso tiene por objetivo identificar y mapear los lugares de memoria y patrimonio cultural de la comunidad, incluyendo áreas de importancia histórica y cultural que puedan ser preservadas e integradas a la historia del Complejo Industrial de Suape. En el trabajo de campo, entre los meses de febrero y mayo de 2025, se produjeron fotografías y se realizaron once entrevistas narrativas, siendo seis hombres entre 54 a 93 años y cinco mujeres entre 32 a 67 años. Con base en autores, como Moura (1981), Nora (1993), Halbwachs (1990), Gonçalves (2001) y Lopes (2004) el análisis temático giró en torno a quilombo, identidad quilombola y patrimonio, siendo el Baobá, el manglar, la capilla, el campo y, entre otros, las compuertas, la senzala y los recuerdos de las cacimbas y casas-de-harina, hoy, ya no existentes. Los resultados parciales actualizan los conceptos aquí narrados y la relación identitaria con significativo sentimiento de ser y tener con referencia a la territorialidad objeto del patrimonio y de la remanencia.

Palabras clave: Memoria Ancestral. Congo. Sangre. Suape.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa Raízes em Movimento[1] e tem por objetivo analisar de forma abreviada dois temas que julgamos de suma importância para o conjunto das problemáticas que emergem dos saberes e das as memórias das pessoas que vivem na Comunidade Quilombola Ilha de Mercês, localizada na Região da Mata Sul do estado de Pernambuco. O quilombo foi devidamente certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2016, possui recomendação do Ministério Público Federal, Estadual e da Defensoria Pública da União.

No momento, o Quilombo de Mercês espera do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA a consolidação do reconhecimento e a titulação de terras pela remanescência quilombola e dialoga com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-Suape[2] a realocação e ou indenização de seus moradores, em virtude do processo de reintegração de posse da terra e, em especial, a nosso ver, pelo ambiente insalubre que se instalou a partir das indústrias petroquímicas que têm impactado a biodiversidade com os resíduos, inclusive, na contaminação do solo, do ar, das águas e dos manguezais, retirando dos remanescentes quilombolas a possibilidade da agricultura de subsistência, pesca artesanal e a criação de animais de pequeno porte. Além disso, práticas culturais e festivas, como acendimento de fogueiras em época junina, têm sido desaconselhadas.

Atualmente, em Mercês, as 250 famílias estão organizadas em uma vasta área entre a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul. E, para manterem a orientação espacial e por motivos simbólicos, as pessoas da comunidade criaram um sistema de domicílios por núcleos, como: Oiteiro, Mata-Burro/Campinho; Puerinha/Sangue; Congo; Mercês/Engenho e, registrado por Santos (2022) também encontram-se Paú, Cabo Verde, Pinga-Fogo e Taveira, topónimos que, "[...] entre outros, indicam eventos, metáforas, apontamentos de antigas ocupações, bem como codificam a fauna e flora e assim por diante" (Santos, 2022, p. 201), demarcadores da circulação dos saberes adivindos dos antepassados. Depreende-se, no entanto, que esses nomes têm razões de ordem histórica e, também, pelo que verificamos, produto da experiência de lazer, como o campo que levantava a poeira em dias de jogos. Essa é uma delimitação espacial puramente simbólica, pois não se identifica nenhum desequilibro de poder por morar neste ou naquele núcleo, pelo contrário, há o sentimento de pertencer ao mesmo lugar descendente. Nesse contexto, por meio de narrativas dos mais velhos, como o Sr. Manoel Deodato, 93 anos, bem como pelos que nasceram, cresceram e

[1] Trata-se do projeto Raízes em Movimento: Projeto de Realocação e Preservação Cultural dos Remanescentes do Quilombo Ilha de Mercês
[2] Suape, caminhos sinuosos, em língua Tupy.

vivem em Mercês, que mantém relações identitárias, a pesquisa parte da hipótese de que a comunidade em tela ainda tem chances de proteger sua memória cultural, tradições e práticas ancestrais a despeito dos ditames do progresso vigente . Isto feito, trata-se, inicialmente, da ideia de quilombo segundo a perspectiva de quem descobriu recentemente, apenas em 2016, estar e viver em território marcado pelo processo de escravização por que passou a população negro-africana trazida para o Brasil e seus descendentes. Corrobora essa hipótese a ideia de aquilombamento; o sentimento identitário de pertencer a um lugar histórico e reconhecer o seu patrimônio local por meio de antigas edificações, a natureza dotada de mangues e plantas medicinais, práticas de curas por benzimentos ou infusões "[...] para atenuar os efeitos das picadas de cobra [...] e certas espécies de abelhas" (Miranda, 2004, p.382), além de víboras e caranguejeiras.

A nossa equipe é composta por cinco profissionais de diferentes áreas do conhecimento, sendo uma arquiteta, especialista em patrimônio; uma cientista social; uma bióloga, especialista em étnico-botânica e dois especialistas em educação étnico-racial. De fevereiro a abril de 2025, foram várias idas e vindas a campo para coletar informações, fazer entrevistas e mapear os lugares de memória, sempre acompanhados pela equipe local, composta por cinco moradoras, nascidas e criadas em Mercês[3]. É oportuno destacar que, ao caminharmos pelas ruas e, às vezes, por trilhas desse cenário, parece que estávamos sempre correndo riscos pelos conteúdos transportados através de dutos; aqui e ali encontramos placas informativas: *"Cuidado, dutos enterrados, emergência número...*", certamente, um dos motivos da instalação do processo de realocação e indenização é o perigo iminente, sobre o qual dormem e caminham os quilombolas, que tem inspirado a mesa de debate entre o Complexo Industrial de Suape e a Associação Quilombola Ilha de Mercês- AQIM, com a interveniência do Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco-IAUPE. .

Desse modo, foram quatro meses de pesquisa de campo desenvolvida em torno de um *corpus* documental diversificado: impressos, iconografias (fotográficas, mapas) e entrevistas. No entanto, para este artigo, só utilizaremos fotografias produzidas pela equipe e entrevistas narrativas. Fontes que corroboram a compreensão da temática aqui proposta, cujo entrecruzamento dá sentido e significado ao sentimento do que é ser quilombola e ter um patrimônio para os moradores da Ilha de Mercês, como veremos nas falas dos entrevistados no arcabouço de seus saberes e de suas memórias.

As entrevistas narrativas seguiram as orientações assinaladas por Pachá e Moreira (2022), de modo que "[...] o entrevistador convida e encoraja o entrevistado a contar uma história sobre um evento, um acontecimento ou sobre o objeto que pretende investigar [...]" (Pachá; Moreira, 2022, p.

[3] Maria José Soares, Jaciane Maria da Silva Oliveira, Alessandra Maria da Silva Oliveira, Ana Paula da Silva e Vilene Maria do Nascimento

160). No caso especifico, os colaboradores já sabiam de antemão o tema central da pesquisa, qual seja, as lembranças e convivência em Mercês para fins de registro e resguardo de suas memórias, ou o ponto de vista do entrevistado acerca de acontecimentos vividos individualmente ou pelo conjunto da comunidade em questão.

Por outro lado, enquanto pesquisadores, já tínhamos alguma noção de que se tratava de pontos de vista, por vezes, dolorosos, em virtude da discussão premente do processo de realocação ou indenização e, certamente, o entrevistado traria em sua narrativa, afetos, emoções e vertigens do passado que, inevitavelmente, seriam confrontados à história recente.

Já realizamos 20 entrevistas, porém, por motivos técnicos e éticos, sobretudo, transcrições e assinatura do Termo Livre e Esclarecido, traremos as falas de 11 colaboradores, sendo: Manoel Deodato, 93 anos; Amara Dulce Aquilino, 67 anos; Luciene Silva de Paula, 61 anos; Manoel Deodato da Silva (Niel), 58 anos, Elizeu Pedro do Nascimento, 57 anos, Carlos Aquilino da Silva, 54 anos; Rivaldo José da Silva, 46 anos; Maria José Soares, 37 anos, Alessandra Maria da Silva Oliveira, 41 anos, Michaele Micheline da Silva Santos, 32 anos; Edvaldo Ramos da Silva, 56 anos. E, no intuito de facilitar a identificação de suas narrativas, no texto, faremos a chamada pelos seus respectivos prenomes.

As entrevistas tiveram duração entre 30min e 1h55min, concedidas nas residências, na capela de Mercês, em torno do Baobá e, em especial no Bar do Loro, frequente local do almoço e de constante visitação das equipes que convergiam, ainda convergem, para a análise das problemáticas emergentes do processo de realocação e indenização dos moradores de Mercês. Porém, mesmo não sendo objeto da análise aqui pretendida, o Bar do Loro merece destaque enquanto um desses lugares de memória, por abrigar festa de aniversário, por exemplo. É também nesse ambiente por onde opera parte da organização social e política comunitária, onde frequentemente tem lugar as reuniões dos moradores, com ou sem a égide da Associação.

As narrativas dão conta de festividades, procedimentos de pesca, plantas medicinais, técnicas corporais de cura, benzimento e assombrações: como Bicho Mingu, Guaiamum Dourado; Comade Fulozinha; Pai do Mangue e; entre outros, Sr. Porfirio, que virava bicho, o Lobisomem; o Rabo de Flecha do Oiteiro e Dona Béu, que virava cachorro. Essas são algumas lendas circulantes no imaginário coletivo da Ilha de Mercês, que podem ser objeto de análise em outras oportunidades. Nesse sentido, este artigo está divido em duas seções: **“Tudo agora é quilombola”**, onde apresentamos conceitos e concentramos esforços no pertencimento quilombola para os moradores de Mercês e; **“Mercês é o patrimônio”**, cuja análise decorre da autoidentificação dos entrevistados e tem por base os patrimônios naturais ou construídos e herdados pelos antepassados, que precisam ser

preservados, ainda que mantidos pelas forças de suas memórias.

2 "TUDO AGORA É QUILOMBOLA!"

Segundo Cunha Junior (2012), os primeiros estudos sobre quilombo davam a ideia de que se tratava apenas de ajuntamento de negros rebeldes, que viviam fugidos pelo meio do mato. Contudo, pelas evidências dos quilombos dos Palmares, datado entre 1630 a 1695, essa forma de organização social ganha relevância na história política brasileira a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, os novos estudos não só rechaçam a ideia de simples negros fugidos em territórios de escravocratas, como apresentam a hipótese da existência de outros quilombos para além de Palmares, especialmente, quando se verifica a persistência da escravização até 1888.

Outro aspecto relevante, diz respeito a emergência de quilombos em terras onde houve a forte produção da cana de açúcar, tendo, como se sabe, a Capitania de Pernambuco uma das mais prósperas, sustentando uma economia açucareira impulsionada pela mão de obra escravizada. Ribemboim (1995), em sua pesquisa sobre senhores de engenho e lavradores judeus, de Pernambuco colonial, nos séculos XVI e XVII, assinala que um lavrador judeu de nome Mateus da Costa, tinha participação de um quinto do açúcar produzido no engenho de seu sócio, João Tenório de Molina, em Ipojuca. "Possivelmente em época posterior, Mateus da Costa foi proprietário do engenho São João Salgado, em Ipojuca, adquirido através de leilão público em 1637, por 18 mil florins" (Rebemboim, 1995, p.100).

É nesse contexto que o cenário de nosso estudo, Mercês, está nos quadrantes da antiguidade histórica, além de fincar trilha na rota do quilombo dos Palmares. Em certa medida, esses elementos históricos e dimensões geográficas estão presentes nas narrativas dos entrevistados, como veremos.

Com a frase, "Tudo agora é quilombola", que pegamos de empréstimo de Dona Amara Dulce, 67 anos (2025) para abrir esta seção, é uma referência a autoidentificação e sentimento de pertencer a um lugar historicamente construído pelos antepassados sob o julgo do trabalho servil. O ser quilombola explicita estreita relação com o território, haja vista que não só Dona Amara Dulce se sente quilombola por ocupar um pedaço de terra, como todos que vivem em Mercês reconhecem estar no mesmo lugar de luta por liberdade e igualdade de direitos: *continuum* da luta daqueles que os antecederam. Assim, a fala de Dona Amara Dulce, 67 anos, não é isolada da percepção geral que resguarda em Mercês, como também pode ser verificada em outros colaboradores.

> Em 2016, quando Suape chegou aqui para tirar todo mundo [...] um cunhado meu encontrou o nome de **um primo meu comprando a alforria dele, José do Ó**, a liberdade dele. Isso foi o mais importante prá a gente entender que isso aqui é um território quilombola. **Hoje, me considero quilombola**. (Carlos, 2025, grifos nossos).

> Sou de um **povo que começou a lutar** e não se entregou. Começou a lutar pelos seus direitos; foi escravizado e se libertou. Hoje, é gratificante a gente saber que é quilombola! (Niel, 2025, grifos nossos).
>
> Eu me reconheço **quilombola porque tem muito da minha história** [..] Meu avô, bisavô, Zé Pojuca [...] Sou negra legítima [...] Minha mãe foi criada pelos mangues (Luciene, 2025, grifos nossos).

Naquilo que dimensiona um território ou na lógica de um lugar onde se localiza uma cultura, é o território que se mostra como uma referência, uma necessidade, para que os grupos formem suas identidades e, da mesma maneira, os indivíduos a fim de que possam ser reconhecidos por outros em suas diferenças. Na estrutura dinâmica global de uma cultura "[...] o território e suas dimensões socioculturais aparecem como uma categoria com dinâmica própria e irredutível às representações que a convertem em puro receptáculo de formas e significações"(Sodré, 1988, p.15).

O território não é apenas algo como um pedaço imóvel de terra, onde os grupos e/ou as comunidades se aglomeram, como a visão preconceituosa escravocrata tentava, ainda tenta, impregnar aos negros que se organizavam nos quilombos (Cunha Junior, 2012), mas uma formação de proximidades que às vezes, em situações ou períodos ameaçadores, se encolhem dentro da memória dos agrupamentos e esperam, muitas vezes reticentes para se desencolherem, em virtude de realocação, como foi o caso das diásporas e, inevitavelmente, como parece ser o caso, suponhamos nós, da Comunidade Remanescente do Quilombo Ilha de Mercês.

Em qualquer direção que a ideia de quilombo avance no sentido de explicar sua relação identitária, já podemos antecipar que o pressuposto deste artigo reposiciona o ser quilombola e explicitamente o patrimônio daí advindo, como lugares de memória (Nora, 1993). Ou melhor, segundo o espectro físico, por onde transitam as próprias pessoas da localidade, o espectro funcional, considerando a dinâmica da relação histórica e a transmissão de saberes articulados com os membros da comunidade, ou espectro simbólico, pela representação dos antepassados que estiveram ou igualmente viveram nesse lugar, como verificamos nas respostas do que é ser quilombola: "É morar numa área que antes era "dominada" pelos escravos" (Elizeu, 2025); ou, "Ser quilombola é o dono da terra. A terra que vieram outras pessoas antes da gente, que já existiu escravo, como se diz, que hoje se tornou quilombola" (Alessandra, 2025).

Ao avançarmos na análise, compreendemos que ser quilombola envolve estar e ser de território marcado pela história familiar, baseado em formas de vida e práticas da convivência, como podemos verificar na fala do Sr. Carlos (Bureco), 54 anos. "A forma como a minha família, meu pai vivia. As tradições das brincadeiras, do modo de vida que a gente pescava. O que eu vivo, da forma que eu pesco. Como eu falo também, a minha cor". (Carlos, 2025).

As falas dos entrevistados têm pelo menos dois componentes de significativa importância, sendo um dado da realidade pelo processo que estão vivendo da possibilidade de realocação ou indenização, a experiência direta da causalidade e, de maneira mais sutil, pelo que certamente ouviram dizer sobre os negros escravizados em territórios organizados para escaparem da submissão, ou seja, o que falam e a percepção do que é ser quilombola, tem base na memória acumulada por gerações, o que estas resguardaram enquanto sentido histórico.

> Ser quilombola é descendente de escravo, que vieram da África, uma coisa que a gente se orgulha muito [...]. Eu me orgulho porque a gente tem respeito [...] pela cor da gente [...] e porque eu sou nativo daqui também, né?! (Edvaldo, 2025)

A memória aqui referida, ocupa as reflexões de Halbwachs (1990), pois o que cada pessoa recorda individualmente é, em certa medida, a visão resguardada por uma coletividade, ou seja, a perspectiva de cada indivíduo sobre um determinado acontecimento passado ou presente, é a perspectiva do grupo social o qual mantem suas relações afetivas, emocionais, econômicas, culturais e os saberes circulantes. Memória enquanto informações das práticas e dos símbolos produzidos, conservados e compartilhados por gerações, que chegam ao individuo quando evocados em diferentes espaços que podem ser considerados lugar de memória, como os quilombos.

> Quilombo é uma comunidade que foi pela Fundação Palmares, que começou a descobrir agora e por aquele que ....me esqueço agora ... oi meu Deus ... o que morreu na luta (lembra): **Zumbi**! Num foi ele que fez os **quilombo**? (Edvaldo, 2025, grifos nossos).

Todavia, a ideia de quilombo, bem como o patrimônio daí decorrente, se mantem em permanente tensão e disputa pela a apropriação conceitual, considerando o próprio debate teórico ainda longe de consenso pelos pesquisadores, como tem assinalado Cunha Junior (2012), que passa de uma abordagem preconceituosa que realçava inciativas individuais do escravizados em busca de refúgio e, por isso mesmo, de menor importância econômica e populacional, à uma variante significativa de que "Os quilombos foram a realização de formas sociais e econômicas alternativas à sociedade do escravismo criminoso" (Cunha Junior, 2012, p. 159).

Há de se compreender, que a visão de Cunha Junior (2012) é fundamentada em uma perspectiva anterior, marcada pelo final do século XX, quando se avizinhavam as comemorações dos 100 anos da abolição da escravatura, sobretudo, por uma sociologia do negro no Brasil, embarcada nas reflexões de Clovis Moura (1981), segundo a qual, por todo o país houve formas organizativas em territórios nomeados por quilombos. Ou seja:

> O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. (Moura, 1981, p. 87).

Nesta vertente, há um reposicionamento do estudo sobre os quilombos enquanto instituição social de relevo à compreensão da história do Brasil, que apresenta o conceito como patrimônio material e imaterial, ensejando, portanto, nas dimensões físicas e simbólicas. Tais dimensões são realçadas a partir da Constituição Federal de 1988, que, inclusive, não apenas possibilita a ampliação do conceito, como também permite a identificação de quilombos ou formas de aquilombamentos de viver em diferentes partes do Estado brasileiro, inclusive, o reconhecimento de quilombos urbanos.

De qualquer maneira, se por um lado o conceito de quilombo está em constante disputa pelo campo acadêmico-cientifico, de igual modo, há de se pensar na intrigante e complicada contenda travada pelos organismos governamentais no que diz respeito à ocupação do território, como se observa mais insistentemente o Complexo Industrial de Suape e a trama da realocação e indenização dos moradores da Ilha de Mercês, cenário de nosso estudo. Esse é um elemento inevitável na narrativa dos colaboradores, pois, ainda que o objeto deste artigo seja tratar do que é ser quilombola e o patrimônio decorrente desse processo de aquilombamento, vale apena citar duas ou três falas que convergem para o território disputado, até para situar o leitor que patrimônio não é apenas o objeto físico, material ou simbólico. Aqui, também, patrimônio é um estado de espírito.

> Antes de Suape, a gente tinha sossego aqui! [...] Suape não foi uma coisa boa para os nativos. Eu me sinto inseguro aqui, acredita? (Elizeu, 2025);
> Antes de Suape, era bom demais. Tinha casas de farinha, se comia beiju, fazia tapioca. Não tem mais uma casa de farinha. Hoje, se quiser, tem que ir na "rua" comprar. Antes tinha a água do cacimbão para a gente beber... Suape entupiu tudo. A cacimba de Melo era na Curva do Boi. Foi eu quem batizei essa curva.(Manoel Deodato, 2025);

Curiosamente, sem ser perguntados, foi de forma espontânea, que os entrevistados demarcaram o território entre o antes e o depois da instalação do Complexo Industrial de Suape. É perceptível a emoção tomando conta das falas, em uma espécie de saudosismo e revolta pela situação em que vivem. Além das placas de aviso: *"Cuidado, não escavar, dutos enterrados"* e o número emergência, por vezes, encontramos funcionários com equipamentos para medir a contaminação do solo.

> A gente tinha cheiro da praia, da maresia. Hoje, não, hoje aqui o cheiro é diferente. O cheiro aqui é horrível! [...] Quando Suape entrou, matou muito mangue. **Aqui é uma bomba chiando!** (Niel, 2025, grifos nossos);
> A vida de Mercês era outra. Uma, que esse gás da refinaria aperreia muito a turma pra lá, e Suape massacrou muito aqui a gente. A gente já amanhecia com os vigia na porta da cozinha.

> **A não ser esse gás que prejudica a turma, aqui é o melhor lugar que se tem pra viver**. [...] Eu cheguei ver eles botarem um pai de família e os meninos pra fora, lá em Itatuoca (Edvaldo, 2025, grifos nossos).

Contudo, como podemos observar nas falas acima, a explicitação do cheiro, do medo e da mágoa também recompõe a memória e a necessidade de preservar o que ainda se tem em Mercês, os bens naturais e culturais, é o que veremos na próxima seção.

3 "MERCÊS É O PATRIMÔNIO!"

O artigo 216 da Constituição Federal explicita que os bens materiais e imateriais constituem individual ou coletivamente o patrimônio cultural brasileiro, tomando por referência as memórias e ações de deferentes grupamentos que estruturaram a organização da nossa sociedade. Observa-se que o patrimônio cultural, bem como a identidade referida na Carta Constitucional converge para as memórias e ações como elementos estruturantes de um povo enquanto nação.

Desse modo, uma vez que a nação é considerada, pelos ideólogos da nacionalidade ou da etnicidade, como uma coletividade formada por vários indivíduos, "[...] os chamados 'patrimônios culturais' podem ser interpretados como coleções de 'objetos' móveis e imóveis através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a 'nação', ou 'grupo étnico' etc. (Gonçalves, 2001, p. 19) . Essa identidade é definida pela noção de posse dos citados objetos, pelas ações e pela memória dos diferentes grupos formadores da coletividade em questão - em nosso caso: da nação brasileira.

Considerando esses aspectos, isso gera o entendimento de que, por um indivíduo pertencer a determinada comunidade e ter posse da cultura é que sua identidade é definida, ou seja, "[...] a 'cultura' é pensada como 'coisa' a ser 'possuída', 'preservada, 'restaurada' etc. Assim, do mesmo modo que uma pessoa pode ter a sua identidade definida pela posse de determinados bens [...]" (Gonçalves, 2001, p. 19), a posse dos bens culturais pode, em certa medida, caracterizar uma nação, por ser e estar definida como uma "coleção formada por indivíduos". Todavia, há um outro aspecto a ser observado e que reforça o entendimento sobre patrimônios culturais, que é a capacidade que estes têm de mediar várias dimensões temporais.

É dentro dessa perspectiva apresentada por Gonçalves (2021) que consideramos a Comunidade Ilha das Mercês como remanescente de quilombo, dado à sua cultura ou herança material e imaterial: o antigo Baobá, como grande enigma plantado pelos escravizados africanos que ali viveram e de quem todos falam em suas entrevistas; a capela de Nossa Senhora das Mercês, motivadora das grandes festas da comunidade, as 'visagens' e lendas do "Oiteiro"; o mangue, onde foram desenvolvidas técnicas de

pescaria; as casas de farinha, de onde saiu a confecção do beiju; e o rio com suas comportas, para o escoamento e represa das águas. Assim, há uma multiplicidade de informações fundamentais para se compreender o conjunto patrimonial de Mercês, como "A igreja [capela] e o Baobá!" (Alessandra, 2025).

> **O Baobá tem cheiro de infância!** Viemos entende-lo quando Magno [presidente da Associação dos Moradores] começou a contar para nós a história dos negros que o trouxeram. (Maria José, 2025, grifo nosso).

Imagem 1. Baobá, Quilombo Ilha de Mercês, Pernambuco-Brasil, 2025.



Fonte: Projeto Raízes em Movimento.

Em cada canto um baobá. (Adansonia digitata), uma árvore imensa "da família das bombacáceas, nativa da África tropical. De fruto comestível [...], é um dos símbolos africanos. Em Angola, é conhecida como embondeiro, e é árvore envolta em forte aura mística" (Lopes, 2004, p. 99). É "a árvore sagrada de vários povos africanos, em particular dos Yorubá (Martins; Marinho, 2002, p.21). Estes povos, situam-se na chamada África Ocidental e chamam esta árvore de Iroko, a grande árvore encantada, morada do sagrado, de todos os tipos de espíritos e encantados. "Conta a tradição que os

furacões e os raios respeitam os Iroko"(Martins; Marinho, 2002, p..33), dado à carga de memória ancestral que nele faz morada; fazendo-se ancestral divinizado.

Tendo o Baobá cheiro de infância, como diz Maria Soares, 37 anos, essa árvore aparece nas narrativas compondo o conjunto patrimonial de Mercês, dotada de sentimento, sendo, inclusive, elemento articulador da força que impulsiona a memória quilombola.

> Tem aquela cocheira, essas comportas [...] a casa grande do engenho, o barracão que foi derrubado, a cacimba do Melo, que hoje está dentro da Refinaria (Elizeu, 2025);
> O Campo de **Puerinha, o Baobá**, tem uma história muito bonita, do quilombo, né? O mangue, porque muita gente aqui não trabalha; trabalha no **mangue** (Michaele, 2025, grifos nossos);

O que percebemos nas narrativas é a explicitação de um conjunto de bens herdados e construídos no processo de ressignificação da existência na comunidade. Tal herança não é uma questão de empilhamento, de adição simplesmente, mas de "[...] organização dinâmica e funcional, da língua, conhecimentos, instituições, ideias, ideais, técnicas etc., que um povo tenha desenvolvido em resposta às condições da sua vida"(Gonçalves, 2021, p.19). Assim, aos 93 anos, o Sr. Manuel Deodato não esqueceu as normas de conduta e exigências da sociedade patriarcal da zona açucareira de Pernambuco, que lhe foram ensinadas e vivenciadas desde a infância. Ao ser perguntado sobre as coisas que os mais velhos contavam, ele trouxe de pronto o seu pai:

> Primeiro, meu pai dizia: se dois adultos estivessem conversando, um filho não podia passar aqui no meio ... se passasse era pau. Passar pra não dar bom dia? Ele dizia: "volte, dê bom dia" - hoje em dia não se faz isso mais. Hoje em dia você vê ... a mulher nua ... (para e acentua defendendo sua comunidade) por aqui não. No Brasil. Dos Estados Unidos pra lá eu não sei. Aqui, pro mode você roubar uma moça, aqui, pra não casar? Tinha que casar (Manoel Deodato, 2025).

Observa-se nesse pequeno trecho da fala do entrevistado o que foi aprendido durante a sua infância e vida adulta em Mercês, a presença das instituições: família, a etiqueta, a regulamentação de conduta, o casamento, a Igreja, a lei. São coisas, ou regras sociais ensinando o "certo" e o "de direito', o respeito à hierarquia na relação entre pais e filhos e/ou os mais velhos, como coisas que caracterizam a herança social dos antepassados quilombolas, como explica, também, o Sr. Edvaldo (Tingo-Tingo):

> Na Semana Santa a gente saía de porta em porta, minha mãe mandava, pra pedir a bênção às pessoas, ou aos mais velhos que encontrasse na rua. [...] e não se dizia palavrão (Edvaldo, 2025).

Como podemos supor, o patrimônio na Comunidade Quilombola Ilha de Mercês, se constitui de vários processos herdados que se acumulam, do mesmo modo que estão sujeitos às modificações,

com variações regionais e temporais, podendo também receber variações contraditórias, visto que o patrimônio cultural se integra e é amalgamado ao cotidiano dos habitantes de determinados locais ou comunidades.

Considerando as narrativas dos entrevistados, tanto o quilombo, delimitação territorial onde vivem os remanescentes, como o que nesse território ainda resiste e persiste na natureza, tem um significado muito expressivo enquanto elemento histórico, reconhecidamente patrimônios em Mercês, como podemos verificar em falas como: "O patrimônio daqui é o mangue! Quando começou a destruir o mangue [lágrimas nos olhos], estavam tocando fogo no mangue... e a minha mãe chorou muito." (Luciene, 2025);

Imagem 2. Manguezal, Quilombo Ilha de Mercês, Pernambuco-Brasil, 2025.



Fonte: Projeto Raízes em Movimento.

Como pode ser verificado, ao lado do Baobá, o mangue aparece como um dos principais patrimônios dos remanescentes do Quilombo Ilha de Mercês. As águas que descem com escuma nesse pequeno registro fotográfico, são resíduos que impedem o crescimento de camarões. Semelhante ao ataque sofrido pelo Baobá que Suape tentou derrubar com empilhadeira, segundo informações no diário de campo, o mangue é atacado todos os dias com essa corredeira esbranquiçada não reconhecida pelos quilombolas. Contudo, não apenas a natureza está sob ataque, mas a própria capela de Mercês precisa de cuidados, considerando a proximidade com a Refinaria Abreu e Lima, uma de suas vistas da sacada, e por trás da capela ainda estão as ruinas da senzala, que será, certamente, objeto de outros trabalhos.

Imagem 3. Capela Nossa Senhora das Mercês, Quilombo Ilha de Mercês, Pernambuco-Brasil, 2025.



Fonte: Projeto Raízes em Movimento

> O nosso campo é histórico [campo de futebol]a **igreja** [capela de Mercês] é histórica. A **senzala é histórica** [...] a cacimba do Melo que era muito conhecida. Ela fica, hoje, dentro da Refinaria. Segundo dizem que a Refinaria não a enterrou. [...] o mangue pode ser considerado ponto histórico. (Niel, 2025, grifos nossos);
>
> Nosso patrimônio, **raiz quilombola**, professor, é essa comunidade. O maior patrimônio que temos aqui, **é essa maravilha!** (Rivaldo, 2025, grifos nossos);

Como se pode constatar na fala dos entrevistados, cada um a seu modo tem uma percepção muito particular do que é ser quilombola e, sobretudo, o patrimônio de Mercês que pulsa em seus saberes e em suas memórias. Isto posto, é fundamental que se tenha a noção de "[...] que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (Halbwachs, 1990, p. 51).

Assim, mesmo a capela aparecendo com certa frequência na fala dos entrevistados, especialmente nas lembranças das festividades que duravam vários dias, atualmente esse lugar tem papel mais simbólico do que funcional. Pois, pelo que parece, não há mais atividade religiosa e nem cerimonias de casamento e batizado. Não obstante, os moradores são uníssonos em dizer da necessidade de se preservar esse lugar e, se possível, trazer aqueles momentos áureos da organização em torno da edificação que dá nome à comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise das entrevistas, consideramos que a comunidade quilombola Ilha de Mercês se reveste de importante lugar de memória pelo patrimônio natural e cultural que ainda resiste e persiste naquele ambiente, a despeito do processo de realocação ou indenização pelo Complexo Industrial Portuário de Suape. Contudo, de forma polissémica, Mercês é um lugar de muitos saberes e de memórias, seus moradores trazem ao presente experiências, motivações, desejos e emoções do passado, bem como as técnicas de trabalho na labuta junto à natureza para a subsistência. E, no momento atual, os quilombolas de Mercês despertam tensões por serem provocados à realocação ou indenização, sendo essa luta a própria memória em disputa pelo patrimônio natural e construído pelos antepassados e, por vezes, a luta, sendo ela mesma, a memória.

Da mesma maneira que um dos nossos entrevistados diz que Mercês é o patrimônio, aqui, pelo que conseguimos compreender, a memória é a luta. Em Mercês, a memória provocada em sua disputa gera saberes importantes para os próprios quilombolas, haja vista a profundidade na reflexão e no discurso eloquente dos diferentes moradores que, em colaboração com o nosso estudo, deixam marcas profundas em nossa maneira de pensar.

Pelo que conseguimos perceber, há relativo consenso historiográfico quanto ao conceito de quilombo, mesmo variando de um pensamento eurocêntrico de um lugar de refúgio dos fora da lei a um conceito mais moderno e apropriado de um lugar de resistência contra a opressão do Estado brasileiro, hoje, representado em boa parte das vezes por unidades da federação. De modo que o conceito de quilombo tem recebido outras significações, seja pelos intelectuais, seja pelos próprios remanescentes dessas comunidades, uma forma peculiar de organização social, como um lugar de sobrevivência

humana; um lugar de relações entre iguais: “Tudo agora é quilombola”.

Nesse sentido, reforçamos a hipótese de que ser quilombola em Mercês é pertencer a um território e um território que lhe pertence, seja por herança histórica, portanto, consanguínea, por descendência, pela aquisição da própria luta. É ter o lugar como próprio; pela condição história de seus antepassados terem sido escravizados. O ser quilombola em Mercês é ter esse lugar como seu e, ao mesmo tempo, ser do próprio território de pertencimento. Essa ideia, portanto, está ligada essencialmente ao patrimônio existente nesse lugar, como, por exemplo, o que expressa um dos entrevistados, segundo o qual a totalidade do patrimônio é a própria comunidade Quilombo Ilha de Mercês.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016. pdf. Acesso em 25/05/2025.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá**.** n**.** 129, fev. 2012. Disponível em: **file:///C:/Users/User/Downloads/14999-Texto%20do%20artigo-63167-1-10-20120203.pdf .** Acesso em 21/5/2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos, "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais, i**n.:** ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Org)- **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. Selo Negro. São Paulo, 2004.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições guerrilhas. 3ª edição. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1981.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia:** limites e espaços da cura. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. Recife, 2004.

MARTINS, Cléo e MARINHO, Roberval. **Iroco:** o orixá da árvore e a árvore orixá. Pallas. Rio de Janeiro, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara

Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo. (10). dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em 25/03/2025.**

PACHÁ, Patrícia, MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. **Synesis,** v. 14, n. 1. Jan/jul. 2022. Disponível em https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127/3261. Acesso em: 24/05/2025.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **Senhores de engenho judeus em Pernambuco colonial (1542 – 1654).** Comunicação e Editora . Recife, 1995.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Vozes, Petrópolis, RJ. 1988.

SANTOS, Luís Paulo Santana da Silva. **Entre choques, apagamentos e irrupções:** o caso da região de Suape e o Quilombo Ilha de Mercês. 2022. 252 f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.